

Quanto custa Alqueva?

Em 1998, Portugal assinou com Espanha uma convenção sobre os rios transnacionais comuns aos dois países – a Convenção de Albufeira. A Convenção, que entrou em vigor por um período de sete anos (até 2005), estabeleceu regras de afectação da água dos rios transnacionais - Minho, Lima, Douro, Tejo e Guadiana - entre os dois países e criou uma Comissão intergovernamental conjunta para a resolução de potenciais conflitos. Dos trabalhos desta Comissão pouco se tem sabido.

Excepto para o rio Lima, com a Convenção Espanha garantiu a Portugal caudais mínimos nos diversos rios em anos de pluviometria normal (os quais representam cerca de 35% da água anual média que chegou a Portugal nestes rios em décadas recentes). Em anos secos, as garantias de Espanha repousam na palavra sustentabilidade e nos caudais ecológicos que supostamente a Comissão intergovernamental conjunta estabeleceu. No rio Guadiana, apenas no rio Guadiana, a definição de anos normais depende para além da pluviometria da água acumulada por Espanha nas barragens que tem neste rio. Isto é, ao transferir água das suas bacias no norte para a bacia do Guadiana, Espanha reduz o número de anos secos ou excepcionais no rio Guadiana, ou seja, Portugal recebe mais água neste rio.

A grande prioridade portuguesa na Convenção de Albufeira foi a de garantir caudais à barragem de Alqueva. Daí que Portugal não tenha contestado a política de transvases do país vizinho, política realizada à margem de qualquer consideração de eficiência económica. Por um lado, com a Convenção os transvases em Espanha podem ser favoráveis ao propósito de encher Alqueva. Por outro lado, o país apresentava-se nas negociações exactamente com o mesmo tipo de pretensões do país vizinho, pretensões consubstanciadas no projecto de Alqueva – promover o regadio

agrícola, o turismo e os campos de golfe nas regiões meridionais, de qualquer maneira.

Portugal tem estado contra a reforma da Política Agrícola Comum (PAC) proposta pela Comissão. Em particular, Portugal é contra o limiar de 5000 euros para a modulação das ajudas do 1º pilar e é contra a dissociação e o congelamento destas ajudas. Cerca de 96% dos agricultores portugueses (os tais camponeses) não veriam as ajudas que recebem no 1º pilar reduzidas pela modulação proposta, pois recebem um valor de ajudas inferior ao limiar referido de 5000 euros. Poderiam mesmo ver as ajudas que recebem do 2º pilar aumentadas, pois cerca de um terço das verbas libertadas do 1º pilar vão ser transferidas para o 2º pilar. Apenas 4% dos agricultores seriam afectados, muitos deles no Alentejo. É certo que estes 4% recebem actualmente quase dois terços do total das ajudas da PAC que chegam ao país. A dissociação e o congelamento das ajudas propostas pela Comissão impediria que as ajudas do 1º pilar crescessem no Alentejo com as áreas de milho, girassol (girassídio?!) e beterraba, para aqueles agricultores que estão a pensar usar a água subsidiada do Alqueva para praticar estas culturas em regadio, o regadio extensivo em mão de obra dos *pivots*. Repare-se que, na ausência de aumento das quotas nacionais do 1º pilar para o país, tais subsídios só cresceriam à conta de outros agricultores nacionais.

Quanto custa Alqueva? Mais do que os milhões de euros que os contribuintes portugueses e europeus estão a pagar pela sua construção, custa tudo aquilo a que Portugal vai renunciando em seu nome.

Leonardo Costa

Professor da Faculdade de Economia e Gestão

Universidade Católica Portuguesa